

# revista SERJUSMIG

[www.serjusmig.org.br](http://www.serjusmig.org.br)



## JUSTIÇA EM MOVIMENTO JUNTOS POR UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

### **O MUNDO QUE QUEREMOS**

É hora de debater  
modelo econômico  
e projeto de país

### **AVANÇO DA TECNOLOGIA**

Sem participação,  
trabalhador enfrenta  
dificuldades na  
carreira

### **CRIME DA VALE E JUDICIÁRIO**

Crise chega também  
aos serviços públicos.  
É preciso preparar-se



## EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça  
do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG  
Sede: Rua dos Guajajaras, 1984, Barro Preto -  
Belo Horizonte/MG CEP: 30180-101

Site: [www.serjusmig.org.br](http://www.serjusmig.org.br)

Gestão 2025 a 2028

**Conselho editorial:**  
Diretoria executiva e equipe de comunicação

**Jornalistas:**  
Carla Abreu, Maíra Gomes e Wallace Oliveira

**Projeto gráfico, ilustrações e diagramação:**  
Carolina Garcia

**Fotos:**  
Equipe de comunicação e colaboradores

**Edição final:**  
Eduardo Couto e Melissa Caldeira

Edição 4 - Setembro de 2026

Tiragem: 1000 exemplares



## NESTA EDIÇÃO

### 04 MUNDO

Modelo de sociedade chega ao limite, 'enforca' o planeta e exige novo projeto de desenvolvimento

### 08 FUTURO

A tecnologia não vai esperar ninguém, mas deve ser implementada com respeito ao trabalhador!

### 10 SAÚDE MENTAL

Como identificar e evitar o adoecimento laboral?

### 14 APOSENTADOS

NAS tem sido um elo de contato dos servidores com proposta de desenvolvimento humano integral

### 16 INCLUSÃO

Inclusão que transforma: acessibilidade e dignidade no ambiente de trabalho

### 18 FALA SERVIDOR!

O que os servidores falam sobre o SERJUSMIG nas redes sociais

### 20 ALIMENTAÇÃO

Combate à fome requer intervenção do Estado e políticas públicas de segurança alimentar e nutricional

### 22 SERVIÇO PÚBLICO

Crime da Vale evidencia necessidade de um judiciário preparado para a crise socioambiental

### 24 ARTIGO

Entre a crise do sistema internacional e a esperança dos povos. Por Marina Oliveira

### 26 VIVER BEM

Remuneração é fundamental, mas saúde e qualidade de vida vão além

### 28 ELEIÇÕES

Eleições, atividade parlamentar e servidores: Por que a política importa para o seu trabalho?





## LUTAR POR UM DESENVOLVIMENTO INTEGRAL: UMA NECESSIDADE DA LUTA SINDICAL

A defesa de um ambiente equilibrado, da justiça socioambiental e do desenvolvimento humano integral compõe a vocação do SERJUSMIG. Não por acaso, entre suas finalidades **previstas em estatuto**, consta a promoção de ações que “visem à defesa do meio ambiente e da preservação da vida, estimulando o exercício da cidadania em relação às questões ambientais, visando o desenvolvimento sustentável para a melhor qualidade de vida” (Art. 2º, § 2º, inciso VII).

Ao assumir esse compromisso em assembleia geral de 2006, os trabalhadores organizados no sindicato provaram estar atentos e sensíveis ao maior desafio da época atual, quando é posta em questão a continuidade da vida humana, tal como a conhecemos, em decorrência do cenário avançado de exploração predatória da natureza e de devastação dos ecossistemas.

A raiz do problema é o mesmo capitalismo neoliberal que, na roda sem fim da acumulação pela acumulação, ataca os trabalhadores, desmonta o Estado social, reverte as conquistas de direitos materializadas no serviço público e promove a fragmentação, o individualismo e a indiferença das pessoas frente aos problemas que afligem toda a coletividade.

“Este sistema é insuportável: não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunida-

des, não o suportam os povos. E nem sequer o suporta a Terra, a nossa irmã e mãe Terra”, proclamou, em 2015, o Papa Francisco, na Bolívia, em encontro com sindicatos e movimentos populares de 40 países. Na mesma época, o líder divulgou sua proposta de uma ecologia integral, segundo a qual tudo está interligado, não existe uma crise ambiental separada da crise econômica e social em curso.

Do mesmo modo, pode-se falar de um desenvolvimento integral, na contramão do neoliberalismo. O modelo de desenvolvimento imperante na atualidade é tão destrutivo e dissociado das reais necessidades dos seres vivos, que seu sucesso implica a destruição das condições necessárias para a continuidade do processo. Trata-se de um desenvolvimento autodestrutivo, um não-desenvolvimento. Pensar o progresso tecnológico, a prosperidade econômica e o bem-estar requer, pois, considerar os seres humanos em sua integralidade, como partes da natureza em constante transformação.

O compromisso com o desenvolvimento integral também implica enfrentar a ideologia falaciosa e mesquinha que reduz os servidores a máquinas de atingir metas e o sindicato, por sua vez, a uma máquina provedora de ganhos financeiros. O quadro generalizado de adoecimento coletivo, o ataque sistemático a todos os serviços públicos e a crise estrutural que se arrasta há quase duas décadas em todo o mundo não deixam dúvidas: o movimento sindical é importante demais para se contentar com tão pouco.

A defesa dos direitos difusos, como um ambiente equilibrado, a igualdade social e outro modelo de desenvolvimento, só pode se dar mediante a aliança permanente com as demais organizações da classe trabalhadora, nunca no isolamento. O desenvolvimento integral é condição de possibilidade para que todas as outras lutas avancem.

Foi pensando nisso que a equipe de comunicação do SERJUSMIG preparou cuidadosamente esta edição da Revista SERJUSMIG, um reconhecido instrumento de formação política, conscientização e mobilização para a luta organizada.

Boa leitura!



# MODELO DE SOCIEDADE CHEGA AO LIMITE, 'ENFORCA' O PLANETA E EXIGE NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Não é mais possível ignorar os sintomas das mudanças climáticas no mundo. Calor extremo, chuvas torrenciais, ciclones têm assolado todo o planeta, atingindo, inclusive, o Brasil, até então livre de fenômenos naturais agressivos.

Em fevereiro de 2026, fortes chuvas na região da Zona da Mata mineira causaram cerca de 70 mortes, entre os municípios de Ubá e Juiz de Fora, o segundo com 66 vítimas fatais. Castigada com desabamentos em diferentes bairros, Juiz de Fora recebeu um volume acumulado de chuva de 733,6 mm<sup>3</sup>, número que é 331% superior à média histórica climatológica para o mês de fevereiro, segundo dados do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia).

A questão social também é foco de atenção, com o aumento da desigualdade ano após ano. O Relatório Mundial de Desigualdade 2026, elaborado pelo World Inequality Lab, afirma que a renda global atual seria suficiente para fornecer a cada pessoa cerca de 1,2 mil euros por mês. No entanto, esses recursos são distribuídos de forma muito desigual.

“Nunca antes na história houve tantos bilionários, ao mesmo tempo em que nunca tivemos tantas pessoas vivendo na pobreza e na miséria. Isso não é benéfico para a economia nem para a sociedade, aumenta a diferença de poderio entre as pessoas”, analisa o sociólogo Frederico Santana Rick.

Assim como os citados fenômenos, é imperioso notar as diferentes epidemias de problemas de saúde mental e comportamento de toda a população mundial. Resultados apresentados no Relatório de Saúde Mental 2026, uma pesquisa anual da seguradora AXA, que mapeia o estado da saúde mental e do bem-estar psicológico globalmente, apontam o aumento em 6% de pessoas em situação de sofrimento mental desde 2022, atingindo 46% de toda a população.

*O RS tem sido o estado mais afetado, com chuvas intensas e ventos acima de 100km/h. No restante do país, a instabilidade do clima trouxe marcas históricas de frio e de calor.*

*Na Europa, o calor também bateu recordes, passando dos 35° C, causando incêndios e morte de mais de 10 mil pessoas em junho de 2026.*

*Em média, uma pessoa entre os 50% mais pobres ganha cerca de US\$ 425/mês. Uma pessoa entre os 10% mais ricos ganha cerca de US\$ 13.275/mês. Uma pessoa no 1% mais rico ganha mais de US\$ 20 milhões/mês.*

*No Brasil, os índices de esgotamento profissional e vulnerabilidade emocional cresceram severamente. Ansiedade e depressão cresceram 15% (um dos maiores motivos de afastamentos no país). Em 2025, o Brasil atingiu uma marca histórica, com 500 mil pessoas afastadas do trabalho por questões de saúde mental.*





planeta. “Há uma unidade na classe dominante em torno da ideia de que o mercado por si só resolveria esses problemas. Mas é o contrário. Todas as vezes em que se apostou nesse caminho, a gente viu o crescimento da pobreza, da miséria, a volta do país ao mapa da fome, a redução de direitos”, lamenta Frederico.

Quando há um retrocesso geral no país, isso atinge muitas categorias. “A retirada de direitos passa pelo ataque aos serviços públicos, essenciais na garantida dos direitos da população. Passa pela precarização de sua estrutura, pela retirada de direitos dos servidores públicos”, provoca.

## Como chegamos a essa situação?!

Alarmada com esse cenário no Brasil e no mundo, a equipe de comunicação do SERJUSMIG buscou respostas para compreender a relação entre esses fenômenos e realizou uma entrevista com o sociólogo e coordenador de Políticas Sociais da Arquidiocese do Belo Horizonte, Frederico Santana Rick.

A explicação exigiu uma longa conversa. O especialista explica que, há mais de 200 anos, a humanidade é organizada no sistema capitalista, modelo sustentado pela busca incessante do lucro e acumulação.

A movimentação que garante a geração deste lucro, exigido pelas elites econômicas no mundo, começa com a extração de matéria-prima, a sua transformação em mercadoria por meio do trabalho humano, e finaliza no consumo.

Esse sistema não é sustentável. Manter a taxa de lucro demanda um aumento gradual e permanente da exploração dos principais elementos desta equação, ou seja, os recursos naturais e os trabalhadores. Quanto menor o custo da matéria-prima e menor o custo da mão de obra, maior vai ser o lucro após a venda da mercadoria.

Frederico afirma que o sistema capitalista entrou em crise no mundo todo, com reflexos na economia, na política, na questão social e no meio ambiente. “As taxas de lucro vêm num declínio desde muito, e os capitalistas têm muita dificuldade de repô-las”, reforça o especialista.

A situação exigiu uma intensificação do ciclo da acumulação, chegando ao status de superexploração, massacrando ainda mais a vida humana e o

## Recursos naturais e tecnologia

As guerras têm se intensificado em todo o mundo, visando ao controle e acesso aos recursos naturais, territórios e às riquezas, em geral. O sociólogo Frederico Santana explica que, no centro da disputa, está a briga pela vanguarda do novo desenvolvimento tecnológico.

“Nós estamos falando de inteligência artificial, da quarta revolução industrial, automação e uma série de outros avanços. Essa nova tecnologia é importante do ponto de vista do conflito econômico, porque está todo mundo buscando ser mais produtivo que o outro”, explica o especialista, que relembra a necessidade de manutenção da taxa de lucro como motivo para o anseio pela produtividade.

Após a globalização, a concorrência no mercado se dá entre grandes indústrias de diferentes países. O Brasil, por exemplo, compete com Estados Unidos, China ou Europa, que conseguem produzir o mesmo produto a um preço mais barato, pois eles têm uma tecnologia mais avançada.

“Para compensar, as indústrias brasileiras acham o salário dos trabalhadores ou aumentam a jornada de trabalho ou reduzem direitos. Se eu corto o vale-transporte, se eu corto o vale-alimentação, com isso, eu recomponho a minha taxa de lucro. É um dinheiro que está deixando de ir para o bolso do trabalhador e está vindo para o bolso do patrão”, esclarece.

O desenvolvimento e a produção da tecnologia depende da utilização de recursos minerais, que compõem desde smartphones e televisores a câmeras digitais e LEDs. Embora usados em pequenas

quantidades, eles são insubstituíveis. Os tais minerais estratégicos têm grande abundância na América Latina e, sobretudo, na América do Sul.

E o Brasil está à frente. No caso das terras raras, que são cobiçadas neste momento, algumas das reservas nacionais são as maiores do mundo. Em outras, o país está em segundo lugar. Então, o Brasil, neste momento, é um país estratégico, um alvo. “É todo desafio é também uma oportunidade de superação, de desenvolvimento”, observa.

### **SERJUSMIG: Como o Brasil se posicionou no cenário global?**

**Frederico Santana Rick** - O Brasil está em uma posição muito vantajosa no mundo. Nós temos solo agricultável em todos os biomas, em todos os climas. A gente consegue produzir de janeiro a janeiro. Nós temos uma diversidade de produção aqui que pouquíssimos países têm, nós produzimos de um tudo aqui.

Nós temos um parque industrial muito significativo, temos conhecimento empresarial e tecnológico. Nós temos uma população extremamente trabalhadora, o povo brasileiro é muito trabalhador. Essa população ainda não está tão envelhecida como em países da Europa, até mesmo os Estados Unidos.

Então, isso é muito significativo. O momento é muito oportuno para o Brasil pensar o seu projeto de desenvolvimento. Mas, para isso, ele precisa, antes de tudo, saber o que ele quer. Se eu não sei para onde eu vou, nenhum vento me é favorável.

### **O Brasil é capaz de acomodar um projeto de desenvolvimento, um projeto de crescimento em todos os aspectos?**

Com certeza, mesmo que parcela da sociedade, sobretudo o capital financeiro, chamado de Faria Lima, o pessoal do mercado, as candidaturas de direita, extrema direita, não se proponham a esse debate. Eles se contentam com o Brasil enquanto uma grande fazenda do mundo, vendedora de commodities, grãos pouco ou nada beneficiados. Ou seja, eles saem sem gerar empregos de qualidade, sem desenvolver tecnologicamente o Brasil.

Nós somos realmente um celeiro do mundo. Isso não pode nos aprisionar numa situação de vendedores de commodities, de eternos exportadores de matéria-prima não beneficiada. O que temos é matéria-prima para produzir um projeto de nação, nós temos um ponto de partida. Como diz um cientista

político do Rio, César Benjamin, ‘o mais difícil no Brasil é ele não crescer, é ele não se desenvolver’”.

### **Por que, no Brasil, é tão difícil construir um projeto de nação?**

Alguns estudiosos que pensaram o Brasil como projeto de sociedade, como Florestan Fernandes, Caio Prado, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e outros, explicam que, ao longo da nossa formação, constituímos aqui uma elite econômica que, desde sempre, foi associada aos interesses externos.

Quando o colonizador era Portugal, estava associada aos interesses de Portugal, que ditava o que se podia produzir aqui e a nossa elite se adaptava para atender ao mercado lá de fora.

Teve ainda a Espanha, depois Inglaterra, depois Estados Unidos. E, assim, nossa economia sempre foi atrelada aos interesses internacionais, ela nunca

5

Os dados apresentados calculam os avanços e retrocessos a partir de 2015, quando foi implementada a plataforma dos 17 ODS.

Das 139 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com dados da ONU, apenas 36% estão no caminho certo ou tem progresso moderado.

Quase 49% avançam muito lentamente e 15% das metas regrediram aos níveis inferiores à 2015. Pela primeira vez na história, a proteção social abrange mais da metade da população global.

Entre 2019 e 2024, 99 reformas legais foram implementadas para eliminar leis discriminatórias e promover a igualdade de gênero.

As mulheres continuam a arcar com 2,5 vezes mais trabalho de cuidado não remunerado do que os homens.

4

Apesar de novos 110 milhões de crianças e jovens terem ingressado na escola, 273 milhões continuam excluídos.

3

As novas infecções por HIV caíram 30% e as mortes relacionadas à AIDS, 35%.

2

O Brasil aumentou o uso de agrotóxicos em 161% de 2009 a 2022, se tornando o maior consumidor do mundo.

1

1 a cada 10 pessoas ainda vive em extrema pobreza. 2,3 bilhões enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave.



foi pensada para si, para o povo brasileiro, ela foi pensada para fora.

Isso conformou uma mentalidade, mesmo empresarial, da nossa classe dominante, desprovida de um debate de projeto de sociedade.

Ao invés disso, podemos ter um projeto de desenvolvimento do país, que garanta a sustentabilidade em todos aspectos, redução da desigualdade, democratização. É a democratização do acesso ao saber, à cultura, à ciência e tecnologia. É a democratização da terra, das cidades, do direito à cidade, à universidade. Esse é o debate do projeto de sociedade, que deve ser feito no Brasil e em todo o mundo.



Apesar de quase 1 bilhão de pessoas conquistarem acesso a água potável e saneamento em 2024, ainda há cerca de 2,2 bilhões de pessoas que não têm água potável gerida com segurança; 3,4 bilhões sem saneamento adequado; e 1,7 bilhão, sem higiene básica em casa.

92% da população mundial tem acesso à eletricidade.



Desemprego chegou ao menor nível histórico, abaixo de 4,9% em 2025. O trabalho infantil diminuiu em mais de 20 milhões.

O acesso à internet passou de 40% para 74%. Em 2025 mais de 51% da população já tinha acesso ao 5G.



As temperaturas globais atingiram 1,43°C acima dos níveis pré-industriais. Parece pouco, mas isso significa que enchentes, secas, incêndios e outros impactos climáticos serão cada vez mais presentes e perigosos.

O número de pessoas afetadas por desastres relacionados ao clima mais que dobrou desde 2015 e a concentração de dióxido de carbono na atmosfera atingiu seu nível mais alto em 2 milhões de anos.

As consequências dessa superexploração do capitalismo sobre as diversas formas de vida foram previstas há muito. Tanto que, em 2015, os então 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram em Nova York para adotar a Agenda 2030.

O documento estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem uma ampla gama de questões críticas, desde a erradicação da pobreza e da fome até a promoção da saúde e da educação de qualidade, passando pela igualdade de gênero, o acesso à água potável, a ação climática, a conservação dos recursos naturais e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas.

O sociólogo afirma que a plataforma apresenta pontos valiosos, que apontam um horizonte de sociedade que se deve buscar. No entanto, ele lamenta a falta de ferramentas de acompanhamento e cobrança dos países no cumprimento das metas e pondera a viabilidade das mesmas.

“Os ODS não conseguem se enquadrar nos interesses econômicos das empresas privadas, que são os principais responsáveis pela deterioração das condições de vida, social, política e ambiental no planeta”, alerta Frederico.

Atualmente, o andamento global dos ODS é lento e preocupante: apenas cerca de 36% das metas estão no caminho certo, 49% avançam de forma lenta e 15% registram retrocesso perto do prazo final de 2030, de acordo com relatório da ONU de 2026. “Desde que foram instituídos os ODS, o que vimos foi uma deterioração das questões ambientais e um escalada do aumento da desigualdade”, lamenta.

Ciente da fragilidade da plataforma dos ODS, mas imbuída da grandeza de suas propostas, a equipe do sindicato escolheu as metas como referência para retratar nesta edição da Revista SERJUSMIG temas de grande relevância para o cenário atual, que precisam ser debatidos e absorvidos pelos servidores do Tribunal de Justiça.

# A TECNOLOGIA NÃO VAI ESPERAR NINGUÉM, MAS RESPEITO AO TRABALHADOR DEVE SER GARANTIDO

A promessa da automação e digitalização, como soluções que possuem o potencial de tornar o Judiciário mais rápido e eficiente, é o argumento para diversas mudanças tecnológicas implementadas durante os anos. Dos processos físicos em pastas e arquivos para o SISCOM (Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas), PJe (Processo Judicial Eletrônico) e, recentemente, na transição para o EPROC.

Essas mudanças compreendem aspectos positivos para o trabalho cotidiano do servidor, mas a implementação das tecnologias precisa ser feita de forma responsável, com treinamento adequado e condições de trabalho dignas.

O desenvolvimento tecnológico e a dignidade no trabalho são preocupações mundiais, incluídas na meta de número 8 dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas): promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

Como consta na ODS número 8, também é necessário proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros. Isso só é possível quando os trabalhadores são ouvidos, especialmente sobre as tecnologias implementadas.

O diretor do SERJUSMIG Felipe Galego, hoje gerente de contabilidade na comarca de Vespasiano, foi aprovado e nomeado no concurso de 2006 e viveu diversas etapas das mudanças tecnológicas. Ele explica que, embora o avanço tecnológico seja inevitável, as transições do sistema físico para o PJe e, agora, para o EPROC, foram implementadas de forma inadequada, sem participação suficiente dos trabalhadores e o treinamento necessário.

O dirigente ainda traz mais uma informação importante: o sindicato, representante dos trabalhadores, nunca foi consultado previamente sobre as alterações.

Para o sindicalista, a tecnologia não necessariamente aumentou a produtividade real, apenas fez os processos rodarem mais rapidamente, gerando maior estresse e cobrança de produtividade. Ele destaca que o número de servidores diminuiu, enquanto o volume de processos aumentou, facilitando a terceirização e criando disparidades entre servidores mais jovens e os mais experientes.

“Não existe consulta aos trabalhadores, mudanças têm sido feitas sem considerar o funcionamento



de cada posto de trabalho. Recentemente, a divisão territorial das regiões de cumprimento de mandados, que contava com uma construção extensa de diversos trabalhadores, ao longo de anos, foi simplesmente ignorada e modificada”, critica Felipe.

As transições tecnológicas podem também afe-

tar de forma mais intensa alguns servidores, fazendo com que se sintam excluídos e enfrentem dificuldades na carreira, devido à falta de treinamento adequado. Essa situação pode levar a aposentadorias antecipadas e problemas de bem-estar mental, além da dificuldade de adaptação.

## SAÚDE MENTAL

O impacto das transformações tecnológicas sobre a saúde dos trabalhadores vai além da necessidade de aprender novos sistemas. Pressão por produtividade, acúmulo de tarefas, falta de pessoal e mudanças implementadas sem escuta podem criar um ambiente propício ao adoecimento.

Raquel Orlando, integrante do Núcleo de Saúde do Trabalhador (NST) explica que não é possível separar a vida profissional da vida pessoal, já que o trabalho pode ser tanto um fator de proteção quanto um causador de sofrimento.

O ambiente marcado por excesso de cobranças, insegurança e falta de comunicação pode produzir efeitos que ultrapassam os limites do expediente e atingem a saúde física e emocional dos servidores.

A especialista aponta que o adoecimento não é apenas individual, mas pode ter caráter institucional. Quando há metas elevadas, equipes reduzidas e pressão constante por resultados, cria-se uma lógica em que o servidor sente que não pode adoecer ou se afastar, porque isso significará sobrecarga para os colegas.

## CARREIRA

As mudanças tecnológicas no Judiciário não impactam apenas a forma de trabalhar, mas também as perspectivas de desenvolvimento profissional dos servidores. A ausência de treinamento adequado e de participação dos trabalhadores nas decisões pode aprofundar desigualdades entre gerações e criar barreiras para quem tem mais tempo de serviço.

Raquel destaca que a valorização profissional está diretamente ligada à existência de direitos respeitados, critérios claros de progressão e reconhecimento do trabalho realizado. Quando o servidor não encontra previsibilidade, oportunidades de crescimento ou participação nos processos decisórios, isso também pode contribuir para o adoecimento.

Nesse contexto, a discussão sobre tecnologia não pode ser separada da defesa das carreiras públicas. O avanço tecnológico precisa vir acompanhado de formação contínua, políticas de valorização e fortalecimento do quadro efetivo de servidores.

## O FUTURO DO TRABALHO

A incorporação de novas tecnologias, incluindo ferramentas de automação e inteligência artificial, tende a continuar transformando o funcionamento do Judiciário nos próximos anos. A questão central, no entanto, não é apenas quais tecnologias serão adotadas, mas de que forma essas mudanças serão implementadas.

Quem está no cotidiano das unidades conhece as especificidades do trabalho e pode contribuir para a criação de ferramentas mais eficientes e adequadas à realidade dos fóruns. A ausência dessa escuta pode gerar retrabalho, dificuldades operacionais e aumento do desgaste dos servidores.

Pensar o futuro do trabalho no Judiciário significa, portanto, discutir inovação, mas também participação, valorização profissional, condições dignas de trabalho e respeito aos limites humanos.

# COMO IDENTIFICAR E EVITAR O ADOECIMENTO LABORAL?

A assessora do SERJUSMIG e membro do Núcleo de Saúde do Trabalhador do sindicato, Raquel Orlando, atende diariamente pessoas em situação de adoecimento mental relacionado ao trabalho. Como previsto no objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU número 8, é responsabilidade das instituições proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros. As experiências relatadas pelos servidores são muitas, mas a raiz do problema é a mesma: pressão institucional. Em uma entrevista especial, Raquel fala sobre as metas, o assédio moral, a cobrança interna e externa e traz o ponto principal sobre o adoecimento laboral no TJMG: não basta colocar um cartaz falando sobre assédio. É preciso agir.





**SERJUSMIG:** Como o ambiente de trabalho se relaciona com a vida pessoal e com a sociedade? Você acredita que o trabalho pode adoecer?

**Raquel:** A gente vive em uma sociedade e o Tribunal também faz parte dessa sociedade. Então, se temos, por exemplo, uma população de 12 mil pessoas, é natural que, dentro dessas 12 mil pessoas, existam diferentes situações, inclusive pessoas que estejam passando por algum tipo de adoecimento.

Às vezes, a gente pensa que a sociedade adoeca e o trabalho adoeca, como se fossem coisas separadas. Mas os números de assédio no Tribunal, por exemplo, são muito parecidos com os números da sociedade e de outros ambientes de trabalho. É um reflexo do que acontece na sociedade.

Não dá para separar as pessoas em partes. É uma pressão do sistema. Então, se existe adoecimento institucional, precisamos olhar para a instituição TJMG. É uma instituição que leva o servidor a trabalhar bem, com produtividade e afinho, mas sem adoecer? Ou o próprio sistema desenvolvido pelo Tribunal está adoecendo?

**O que o CNJ apresenta sobre o adoecimento nos tribunais do país e sobre a saúde mental dentro do TJ?**

Eu vou dividir em duas partes. A primeira é superpositiva. O CNJ está muito atento aos números. O CNJ exige que os tribunais, inclusive o TJMG, repassem dados sobre adoecimento e absenteísmo. Então, de certa forma, o CNJ está olhando para essa questão.

O problema é que são criadas normas e resoluções para todo o Judiciário sem olhar necessariamente para a especificidade de cada Judiciário. Não adianta ter apenas os números, se eles não correspondem completamente à realidade.

Quando eu tenho um índice de afastamento muito grande em um setor, é preciso saber porquê. Pode haver várias causas. Mas, quando você percebe um aumento de servidores de um mesmo setor pedindo alteração de lotação, isso é um alerta.

**Se o ambiente de trabalho produz doença, ele também pode produzir saúde?**

Não existe trabalho neutro. O trabalho pode dignificar o ser humano ou pode destruí-lo. Esse é o primeiro ponto.

E aí eu chamo atenção para a instituição TJMG. Ela recebe metas do CNJ e precisa lidar com elas. A minha visão é que, ultimamente, essas demandas estão sendo colocadas sobre o servidor.

Por exemplo, quando chega um sistema novo, dizem: “Olha que legal, é maravilhoso”. Mas adianta me contar que ele é maravilhoso se não me explicarem como vou aplicá-lo aqui?

Às vezes, uma pessoa cria um sistema sem nunca ter trabalhado naquele processo. Então, talvez, ela não perceba determinados problemas.

“ Se existe adoecimento institucional, precisamos olhar para a instituição TJMG



## **O TJ cobra produtividade, mas ele responde com reconhecimento aos servidores?**

Uma pesquisa recente demonstrou que boa parte da nossa saúde mental está relacionada às nossas relações interpessoais.

E aí entra a relação com o empregador.

O empregador é uma pessoa fictícia. Não é o desembargador que está dois anos como presidente. O empregador é o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Se estou em uma comarca pequena, em uma vara única, não tenho acesso para falar diretamente com quem deu determinada ordem. Não tenho acesso para falar com quem implementou determinado procedimento.

A falta de comunicação clara e transparente é um fator de adoecimento.

A falta de acesso direto ao empregador, de transparência, de comunicação direta e de ordens claras são fatores de risco psicossocial.

## **Muitos servidores relatam que o assédio não necessariamente vem de um superior. Pode ser praticado por um colega. Como você avalia o assédio horizontal?**

Pessoas perversas e abusadoras existem em qualquer lugar.

Todo abuso advém de uma relação de poder.

Pessoas perversas podem existir em qualquer lugar, mas pessoas perversas só se criam em solos férteis.

Isso nos leva à ideia de que o assédio também vem de uma cultura institucional.

No Tribunal de Justiça, temos um solo tão fértil que até mesmo entre colegas existe assédio. E não basta ter um canal de denúncia. É preciso que esse canal seja efetivo.





### **Existe também uma dificuldade de identificar o assédio em situações que não envolvem gritos ou agressões explícitas?**

Sim. O assédio não é apenas um ato isolado. Ele pode ser uma opção ou uma série de ações.

Pode ser exclusão, isolamento, humilhação, boicote, fofoca ou outras atitudes.

Por exemplo: “Nunca te chamei para minha reunião”; “Todo mundo recebeu determinada informação e você foi esquecida”; depois isso é usado contra você em uma avaliação de desempenho.

São atos que podem contribuir para que aquela pessoa se sinta desconfortável no ambiente de trabalho.

E aí entra uma responsabilidade nossa: formar e conscientizar. Isso vale tanto para os servidores quanto para cobrar do Tribunal.

### **O que pode ser feito para enfrentar esse problema?**

A instituição precisa ter uma política de escolha de cargos que não seja combustível para o assédio.

Também precisa ter sistemas de fiscalização do que acontece nos setores e mecanismos para impedir que situações de abuso continuem acontecendo.

Não estou falando simplesmente de punição. Estou falando de prevenção.

Por isso, é muito importante a qualificação daqueles que estão na posição de receber denúncias e lidar com essas situações.

### **O que o Tribunal precisa mudar para tornar o ambiente mais saudável e menos propício ao adoecimento?**

É preciso fazer um diagnóstico e, a partir dele, apontar propostas.

Existem várias propostas, algumas muito simples.

Uma delas é a clareza de quem comanda. Quando o presidente do Tribunal deixa claro que não vai admitir atos de abuso, quem está abaixo entende que esse comportamento também não será aceito.

Isso precisa valer para todo o Tribunal: magistrados, servidores, terceirizados e estagiários.

Também é importante descentralizar essas ações. Quando existem pessoas mais próximas das comarcas e dos setores, a possibilidade de identificar problemas é maior.

Não basta colocar um cartaz falando sobre assédio. É preciso ter pessoas nos setores identificando se aquele é um ambiente de risco psicossocial.

Também precisamos atualizar normas, estabelecer procedimentos e fortalecer os mecanismos de prevenção e enfrentamento do assédio.

“

O assédio não é um ato isolado. Ele pode ser uma série de ações. Pode ser exclusão, isolamento, humilhação, boicote, fofoca ou outras atitudes



# NAS É UM ELO DE CONTATO COM PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL



“O sindicato tem uma preocupação com o nosso desenvolvimento biopsicossocial e a diferença que isso faz nas nossas vidas é enorme. Aqui, encontramos acolhida, afeto e cuidado mútuo. E percebo que o servidor que vem para o NAS tem mais qualidade de vida”, observa a assistente social aposentada Izabel Rodrigues.

Logo após se aposentar, em abril de 2016, Izabel ingressou no Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG (NAS). Em uma década, palestras sobre saúde, autocuidado e bem-estar, viagens e encontros de formação e socialização junto ao sindicato são parte essencial de seu cotidiano. Nessas atividades, Izabel conhece novas pessoas e inicia amizades.

Como aposentada, ela também é uma das servidoras mais participativas nas lutas do sindicato. “É uma alegria poder comparecer. Além de defendermos os nossos direitos, estar na luta é algo que faz bem. Antes, era mais difícil, por causa do trabalho. Então, agora, que estou aposentada, tento aproveitar a oportunidade de atender às convocações, sempre que possível”, relata.



Arraiá do NAS - 2026



Palestra realizada pelo NAS





2º Encontro de Aposentados - NAS, em Belo Horizonte



Apresentação do Coral - NAS Em Canto



Viagem dos aposentados para Maragogi/AL

## Vida além do trabalho e do dinheiro

Promover o bem-estar integral e mobilizar para a luta. Há mais de uma década, o NAS articula essas duas tarefas, mostrando que a aposentadoria é o início de uma fase mais ativa e criativa na vida do trabalhador. Ao mesmo tempo, prova que os direitos dos servidores vão muito além das pautas financeiras.

“Não é fácil trabalhar no Judiciário. E, nessa rotina, acabamos achando que tudo se reduz ao nosso trabalho desgastante e a receber bons pagamentos por esse trabalho. Mas a vida é muito mais do que isso. O cuidado com a saúde, a convivência, a cultura, cultivar um ambiente saudável com outras pessoas são direitos e fazem parte da luta sindical”, observa Izabel.

Para Ana Maria Bertelli, diretora social do SERJUSMIG, ao promover o desenvolvimento integral, o NAS confere centralidade a trabalhadoras e trabalhadores que estavam esquecidos pelo Tribunal, após terem concluído sua vida funcional. “Há uma experiência de vida e uma disponibilidade para a luta que nós, aposentados, temos. E o sindicato precisava resgatar isso”, pontua.

## Formação musical

Em 2024, o SERJUSMIG criou o NAS Em Canto, o coral do NAS. O responsável pela formação musical e regência do grupo é o maestro Hécio Rodrigues Pereira, graduado em regência pela UFMG e pós-graduado em Práticas Interpretativas em Música Brasileira pela UEMG.

Com o trabalho, o NAS resgata uma dimensão por vezes esquecida no trabalho sindical: o direito à cultura. “Essa janela do ser humano, aberta para a arte e tudo aquilo que é belo, constitui um direito de todo cidadão. Mediante a formação musical, buscamos despertar os participantes para essa dimensão, pois, sem isso, não há desenvolvimento integral”, conclui Ana Maria Bertelli.

# INCLUSÃO QUE TRANSFORMA: ACESSIBILIDADE E DIGNIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO

O Decreto nº 42.257, de 15/01/2002, garante que um percentual mínimo de 10% dos cargos na administração estadual seja destinado à pessoas com deficiência. A legislação apresenta uma garantia da presença desses trabalhadores, mas não assegura que haverá inclusão.

São centenas de servidores com deficiência no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Esses trabalhadores produzem e fazem o Judiciário mineiro acontecer, mas infelizmente costumam ser esquecidos pela administração do Órgão.

Viviane Olímpia Marra, psicóloga aposentada da comarca de Uberlândia, vivenciou na própria pele o capacitismo e a falta de acessibilidade desde o início de sua jornada como servidora do TJ. “Eu já trabalhava anteriormente no serviço público e fui nomeada para o TJ no concurso de 2006. Quando cheguei na comarca, depois de um tempo vendo o meu trabalho, uma colega falou ‘nossa, quando falaram que vinha uma pessoa com deficiência, eu não imaginei que você seria tão competente’. Eu não sabia como reagir, se aquilo era pra ser um elogio”, relembra.

Dentre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável traçados pela ONU (Organização das Nações Unidas), figura a necessidade de trabalhar pela redução das desigualdades. No ponto 10.2, a entidade prevê como meta empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, até 2030.

Entretanto, em 2025, a pesquisa “Radar da Inclusão 2025: empregabilidade de Pessoas com Deficiência e/ou Neurodivergentes”, encomendada pela Talento Incluir e Pacto Global da ONU – Rede Brasil ao Instituto Locomotiva trouxe um dado aterrador: 56% dos profissionais com deficiência

e/ou neurodivergentes ocupados já vivenciaram falta de acessibilidade que prejudicou seu desempenho e bem-estar no ambiente de trabalho.

No Tribunal de Justiça a situação não é tão diferente da iniciativa privada. Viviane contou que tanto ela como colegas do TJ, de Uberlândia e de outras comarcas, passam diariamente por situações de capacitismo, condições de trabalho inadequadas e esquecimento por parte do empregador.

“Quando eu trabalhava no fórum antigo da comarca, as rampas não tinham o declínio adequado e o elevador estava sempre estragado. Eu ainda usava muletas e um colega me sugeriu se não seria mais fácil ir de cadeira de rodas. Eu só consegui dizer ‘vamos fazer assim, eu venho de cadeira e você vem de muleta, dessa forma nós dois estaremos desconfortáveis, usando equipamentos que não são compatíveis com a gente.[...] Depois de várias conversas com a direção, entendi que tudo precisava ser oficializado e falo isso com todos os colegas. O ofício precisa ser escrito e enviado com cópia pra BH, ou a gente é ignorado”

As dificuldades são inúmeras e além de afetar todos os servidores com deficiência, prejudicam a prestação jurisdicional. Sem as condições de trabalho necessárias, o trabalhador não poderá alcançar o seu potencial.

Raquel Orlando, assessora do SERJUSMIG, membro do Núcleo de Saúde do Trabalhador e especialista em neurociência, atende diretamente servidores em adoecimento laboral e auxilia os trabalhadores nas demandas de acessibilidade: “Existem lugares que dizem ser preparados para receber pessoas com determinadas necessidades. Mas o fato de existir uma estrutura ou uma vaga não significa necessariamente que aquele lugar esteja preparado”.



Raquel também apresenta a importância da informação sobre o trabalhador específico e a necessidade de treinamento dos gestores.

“Atendi um servidor recentemente que me contou que tinha um ótimo relacionamento no setor. Mas ele estava ficando muito ocioso porque o gerente havia colocado para ele uma função que ele não conseguia realizar naquele momento. Isso também pode ser capacitismo: presumir que a pessoa só é capaz de fazer determinadas coisas. Nesse caso, existiam duas situações opostas. Uma gestora anterior passava tudo para ele, como se ele não tivesse nenhuma condição específica. A outra passou a demandar muito pouco porque ele tinha uma condição especial. Isso reflete falta de informação e falta de formação em gestão.”

A instituição precisa garantir as adaptações necessárias para o exercício da função, equipamentos adequados, respeito às limitações individuais, oportunidades iguais de desenvolvimento profissional, participação em cursos e processos de promoção, e valorização das competências, e não das limitações. Porém, na prática, isso não acontece. Viviane expressou que, em determinada situação, ela era a única psicóloga disponível e disposta a realizar um treinamento em Belo Horizonte, mas o Tribunal de Justiça negou arcar com as custas de um acompanhante. Dessa forma, a administração negou a qualificação da profissional e prejudicou a prestação de serviços da Justiça.

## Reduzir as desigualdades é responsabilidade de todos

Além dos esforços da administração, treinamento dos gestores e eliminação de barreiras físicas, digitais e culturais, é essencial apontar que a luta contra o capacitismo e em defesa desses trabalhadores é de todos. É um direito básico criar condições para que todas as pessoas possam exercer seu potencial, independentemente de suas características ou limitações. Acessibilidade, inclusão e redução das desigualdades não são apenas obrigações legais, mas elementos essenciais de uma instituição comprometida com a dignidade humana, a valorização dos servidores e a construção de um ambiente de trabalho mais justo, diverso e acolhedor.

O SERJUSMIG se junta a essa luta e há muito busca mais dignidade para os servidores com deficiência. A Resolução nº 1000/PR/2022, resultado da luta sindical, trouxe condições especiais de trabalho, como a possibilidade de redução de jornada, prioridade no teletrabalho sem exigência de aumento de produtividade, adaptações e equipamentos ajustados e designação provisória de lotação. Porém, a pauta ainda tem muito a avançar. A diretora social do sindicato, Ana Maria Bertelli, afirma a seriedade do sindicato com os direitos dos servidores com deficiência e reforça: essa é uma causa do SERJUSMIG.

“Estamos juntos nessa demanda e entendemos que é uma causa justa e necessária, que visa garantir que os servidores com deficiência consigam exercer o trabalho para o qual eles foram nomeados. Nossa entidade vê esse debate como uma questão de equidade e isonomia: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades”, conclui a diretora.

“

Ter uma vaga não significa que o lugar esteja preparado para receber servidores com deficiência



Viviane Olímpia  
Psicóloga aposentada da comarca de Uberlândia



**alexandrelimasantos** Que maravilha! tenho uma admiração enorme por esse sindicato. Parabéns pela iniciativa!

Comentário do sindicalista Alexandre Santos, do SindJustiça-RN, em publicação sobre o Curso de Formação em Teatro do SERJUSMIG.



Não podemos esquecer que a bancada de centro/direita do parlamento está esperando as eleições para colocar "a granada no colo do servidor" e fazer passar uma reforma administrativa para acabar com o direito dos trabalhadores das carreiras públicas. Infelizmente, o que se espera é que sejam eleições muito congressistas de direita novamente para a próxima legislatura. Pelo menos os servidores federais receberam aumento real de salário, superando a inflação, concedidos pelo governo federal.

Contário de uma filiada sobre a postagem de divulgação da Calculadora da PV, criada pelo servidor Allison de Castro Silva.



O sindicato está brilhando! 🌟🌟🌟 Claro que ficamos sempre pleiteando mais, mas temos que reconhecer, vcs estão arrasando. O aumento do auxílio saúde foi histórico. 🌟🌟🌟. Eu tenho 33 anos no TJ e nunca presenciei tanta luta/conquista. Tem mais pra reinvidicar? Simmmmm! Mas muito a agradecer vcs. 🌟

Comentário sobre postagem de cobertura do Encontro Regional de Montes Claros.



Esperar o que de um governador que perdoou bilhões de dívida em imposto de empresas privadas, e agora alega que o Estado não tem dinheiro.

Fala de um servidor em relação ao vídeo sobre a privatização da Copasa.



É sobre isso! Empatia! E estamos todos na luta pelo bem comum, acima de tudo! Parabéns, SERJUSMIG! Sigam assim!

Filiada comenta vídeo em que diretoria responde a servidora que disse que sindicato não deveria se envolver em pautas de interesse geral da classe trabalhadora, como o fim da escala 6x1.

# Fala, servi







Respeito e agradeço imensamente o único sindicato que compareceu para apoiar os aprovados que tanto sonham com suas nomeações. Ainda levou água gelada e acompanhou os representantes de cada categoria para buscar uma reunião junto à presidência, a qual foi possível com essa interlocução, meu sincero muito obrigado 🙌🏻

Servidor comenta vídeo de participação do SERJUSMIG na luta dos concursados.



Parabéns, pelo posicionamento de vocês. Falta para certas pessoas a empatia e o "feeling" para perceber que saúde mental e respeito no trabalho são essenciais para o servidor público e todo trabalhador. Não é só o dinheiro que conta. Conheço pessoas que deixaram carreiras bem remuneradas porque adoeceram por assédio moral e até físico. Há casos de suicídio. Que maravilha que nosso Sindicato tem esse olhar para estas questões importantíssimas!!

Comentário de servidora a vídeo do programa Prosa de Servidor. No vídeo, diretoria responde a servidor que disse que sindicato não deveria se envolver em luta por igualdade de gênero e combate ao assédio sexual.



Com certeza. Todos nós vendemos a nossa força de trabalho, cada um em determinada área. 🙌🏻🙌🏻🙌🏻🙌🏻🙌🏻🙌🏻

Filiada sobre vídeo em que diretoria reforça importância da união dos servidores do Judiciário com o conjunto da classe trabalhadora.



Lindo D+ ver tantas mulheres servidoras do TJMG juntas ouvindo e discutindo temas sensíveis com tanta leveza. Parabéns a diretoria do SERJUSMIG pela iniciativa desse evento de grande relevância. Sigamos firmes porque há muitas a serem realizadas em defesa de um mundo mais digno para nós Mulheres e Meninas. JUNTAS SOMOS MAIS FORTES!

Observação sobre a cobertura da comunicação do sindicato ao Encontro de Mulheres do SERJUSMIG, realizado em BH em março.

Sobre vídeo de participação do SERJUSMIG na Marcha da Classe Trabalhadora.



**SERJUSMIG**  
UNIR, LUTAR E VENCER

# COMBATE À FOME REQUER INTERVENÇÃO DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

“Acreditamos que alimentação é um direito e que ninguém deveria ter que escolher entre se alimentar ou atender a outras necessidades básicas”, defende Priscila Araújo, coordenadora do Projeto Mãos Solidárias em Minas Gerais.

O item 02 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU preconiza a Fome Zero, o fim da fome no mundo, mas o desafio é enorme. O Índice da Fome Global (GHI), calculado com base em indicadores de proporção de subnutridos, insuficiência de peso nas crianças menores de cinco anos e taxa de mortalidade infantil nessa faixa, teve ligeira redução, de 19% para 18,3%, entre 2016 e 2025. A redução é considerada insatisfatória.

O Brasil, por sua vez, deixou o Mapa da Fome pela segunda vez, com menos de 2,5% da população em situação de subnutrição. A insegurança alimentar grave, que atingia mais de 33 milhões de brasileiros em 2021, recuou a patamares históricos. Foram retiradas da fome cerca de 24 milhões de pessoas até o fim de 2023.

Em Minas, dados de 2023 indicam que há 5,04 milhões de pessoas em algum nível de insegurança alimentar, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O projeto Mãos Solidárias está entre as ações espalhadas pelo país, voltadas a garantir a dignidade humana. O Mãos atua em diferentes frentes, como banco e doação alimentos, horta solidária, alfabetização de jovens e adultos, produção alimentícia e outros.



Foto: Mãos Solidárias

“

Em MG, há 5 milhões de pessoas em algum nível de insegurança alimentar



Projeto articula inúmeras ações, da produção e distribuição de alimentos à educação popular



“O direito à alimentação, assim como todos os outros direitos, deve ser conquistado, e a conquista se faz lutando”, afirma Priscila. “A cozinha popular é uma maneira de organizar a comunidade para garantir o direito à alimentação, por exemplo”, complementa.

A coordenadora explica que o direito à segurança alimentar não se limita a ter comida. Engloba também a garantia de alimentação adequada, produzida de forma saudável, o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de políticas permanentes de combate à fome.

Nesse sentido, Priscila defende essas políticas na capital mineira, implementadas na década de 1990 pela gestão de Patrus Ananias. Belo Horizonte, referência nacional e internacional em segurança alimentar, tem oferta de refeições populares, apoio à agricultura e regulação de abastecimento.

Além das unidades de restaurantes populares espalhados pelo município, a população conta com vendas municipais, feiras livres e sacolões com preços abaixo do mercado para a entrega de alimentos frescos. Também são parte da política de segurança alimentar de BH os bancos de alimentos e o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE).

## No coletivo se produz comida de verdade

Outra importante ação do projeto Mãos Solidárias é a promoção de Plantio Solidário, iniciativa popular de mutirões para o cultivo e a doação de alimentos saudáveis, construído em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Priscila explica que a ação tem como objetivo articular campo e cidade. “Queremos reaproximar as pessoas da cidade da origem dos alimentos, lembrá-las o que é a ‘comida de verdade’, além de trazê-las para contribuir na produção dos alimentos”.

“É tão bonito quando vemos homens e mulheres trabalhando juntos na terra. A produção de alimentos é a maior riqueza que recebemos da Terra, pois plantamos o que depois vai alimentar o nosso corpo, que vai nos dar a vida. É preciso que sejam alimentos saudáveis e frutos da construção social do nosso povo”, conclui.

No entanto, Priscila destaca que, ainda que ações solidárias tenham um papel importante, ajudando a atender necessidades urgentes e fortalecer os laços comunitários, elas não podem substituir o papel do Estado, que deve tratar o combate à fome como uma política pública permanente e um direito da população.



Foto: Mãos Solidárias

Foto: Mãos Solidárias

# CRIME DA VALE APONTA NECESSIDADE DE UM JUDICIÁRIO PREPARADO PARA A CRISE SOCIOAMBIENTAL



Jamilce Silva, gerente de contabilidade de Brumadinho

Quando uma barragem de rejeitos da mineradora Vale S/A rompeu no distrito de Córrego do Feijão, às 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019, a comarca de Brumadinho se preparava para implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Na época, as tarefas no Judiciário já exigiam grande esforço dos servidores, mas nada que se comparasse ao que viria logo depois.

“Naquela sexta-feira, começaram a chegar as primeiras ações, sendo que uma era a solicitação de bloqueio judicial das contas da Vale. O volume processual aumentou demais, foram dias pesados, com plantões atípicos”, relembra a gerente de contabilidade Jamilce Polliana Silva.

O acontecimento acelerou a implantação do PJe, aumentou as demandas e modificou irreversivelmente o trabalho na comarca. Logo na sequência, vieram os processos de indenização, as perícias técnicas, as ações sobre auxílio financeiro, as questões de reparação e outras. Tudo passava por mais prestação jurisdicional e, por conseguinte, mais trabalho dos servidores.

Todavia, os impactos ultrapassavam a esfera profissional. “Éramos servidores acolhendo vítimas, mas também éramos vítimas. Todos perdemos dezenas de conhecidos, amigos. Teve gente que perdeu parente. E o trabalho seguia, enquanto os res-

gastes de corpos e os velórios aconteciam. Ali, senti que não estávamos preparados o suficiente para esse tipo de situação. E precisávamos, no entanto, dar respostas rápidas para aquelas pessoas”, afirma a servidora.

Jamilce defende que o TJ amplie sua estrutura, com a criação de uma nova vara, e promova a formação de suas equipes: “tivemos algo inédito, que foi a criação da Central de Perícias Médicas da Comarca de Brumadinho, mas é preciso muito mais para melhorar nossa condição de trabalho”. E acrescenta: “é imprescindível cuidar da saúde mental de quem está na linha de frente”.

Essas reivindicações coadunam com os objetivos do desenvolvimento sustentável, elencados pelas Nações Unidas, especialmente o de número 4, que prima por assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

## A vida na cidade e o servidor

Outra grande alteração na vida da cidade se deu na rede de serviços urbanos, públicos e privados. A saúde, o transporte, o comércio varejista, o mercado imobiliário e outras áreas foram impactadas, com





alta dos preços e sobrecarga nos atendimentos.

“Sentimos que, com a grande migração de pessoas para Brumadinho, houve uma procura muito grande por aluguéis, por serviços de primeira necessidade e, em consequência disso, uma inflação de alimentos, de vestuário, imóveis e outros. Além disso, Brumadinho, que era uma cidade pacata, bem interiorana, onde todo mundo conhecia todo mundo, ficou mais movimentada. Conhecidos foram embora e gente nova chegou. Mudou muito o ambiente”, detalha.

A questão também é pauta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao defender, no objetivo de número 11, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

## O serviço público na crise

Em tempos de crise profunda na natureza e na sociedade, crimes como o da mineradora Vale, em Brumadinho, ou mesmo catástrofes cuja causa, à primeira vista, se explicaria pela ocorrência de eventos naturais, como as chuvas de 2026 na Zona da Mata mineira, ou, ainda, a propagação massiva de enfermidades, como a pandemia de Covid-19, evidenciam a importância do serviço público na continuidade da vida.

Em diversas áreas, milhares de servidores são mobilizados, em condições de trabalho intensivo, a fim de atender as vítimas. O Judiciário não está imune a tal realidade, pois medidas fundamentais de garantia de direitos passam por esse poder, como

a atuação em mutirões de atendimento, a mediação e homologação de acordos de reparação, ações de indenização, concessão de auxílio emergencial e manutenção de Programa de Transferência de Renda, entre outros.

Na Constituição Federal (artigo 37, §6º) e no entendimento majoritário de tribunais superiores, é responsabilidade dos três poderes, nos três níveis, garantir a prestação do serviço público. Ora, se recorrer aos servidores é inevitável em situações-limite, por que não os defender quando essas situações são afastadas?

O corte de investimentos, a precarização do trabalho e as privatizações tornam a sociedade mais vulnerável aos efeitos da crise socioambiental. Afinal, o serviço público é, na atualidade, um fator de suma importância para a sobrevivência humana.

A legislação fiscal vigente, que limita o investimento público em prol do pagamento dos serviços da dívida, impede que o Estado se coloque à altura dos desafios que o cenário impõe. Por isso, normas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e o Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 200/2023) precisam, em um futuro próximo, ser revistas.

“Um controle de gastos tão restritivo engessa o serviço público. Quanto maior a crise, maior a demanda por saúde pública, educação pública, um judiciário que consiga atender o jurisdicionado, etc. Congelar investimentos é condenar os brasileiros à desassistência, é fazer com que o Estado se omita de seu dever constitucional”, argumenta o presidente do SERJUSMIG, Eduardo Couto.

“

Éramos servidores  
acolhendo vítimas, mas  
também éramos vítimas



# ENTRE A CRISE DO SISTEMA INTERNACIONAL E A ESPERANÇA DOS POVOS

*\*Marina Oliveira*

Na medida em que o ano de 2030 se aproxima, fica cada vez mais difícil acreditar na efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim como ocorreu com a antiga Agenda do Milênio – cujas metas não foram cumpridas – tudo indica que surgirá uma nova agenda, com novo nome, reorganizando velhos objetivos que, novamente, não serão atingidos.

O que mais frustra, porém, não é o descumprimento das metas. O incômodo maior vem do fato de que os principais tomadores de decisão em nível internacional conhecem perfeitamente as desigualdades globais e os caminhos necessários para enfrentá-las. Têm acesso a diagnósticos, dados e análises sobre as transformações estruturais que precisam ser feitas.

Eles sabem o que é preciso fazer para construirmos uma sociedade mais justa e sustentável. Mesmo assim, não o fazem. A desculpa da falta de recursos é insustentável. Sabemos que o problema não é escassez de dinheiro. Ele está nas fortunas acumuladas e escondidas em paraísos fiscais, na sonegação de bilionários e nos investimentos trilio-

nários na indústria armamentista – que, hoje, mata mulheres e crianças na Palestina.

A persistência das desigualdades internacionais não é uma falha técnica, mas uma decisão política. A desigualdade não é um acidente: é um projeto deliberado que beneficia e enriquece as elites econômicas e políticas do mundo.

Muitos têm tratado a questão climática como uma oportunidade de investimento que pode gerar lucro. Os países desenvolvidos – principais responsáveis pela crise climática global – continuam tentando relativizar sua responsabilidade. Com frequência, o chamado financiamento climático chega aos países do Sul Global em forma de endividamento, o que reforça e aprofunda a dependência dos países periféricos em relação ao centro.

“Desenvolvimento sustentável” e “financiamento climático” possuem uma variedade de interpretações, mas o que deveria ser o verdadeiro sentido desse conceito: quem, de fato, enfrenta a crise climática.

Enquanto empresas transnacionais, como a Vale – responsável por crimes socioambientais e



pela morte de centenas de pessoas – se sentam à mesa de negociações e se apresentam como “sustentáveis”, as comunidades atingidas de Brumadinho, da bacia do Paraopeba, de Mariana e do Rio Doce continuam lutando por justiça e reparação integral. Ironia cruel: a Vale é uma das principais financiadoras da COP30.

Neste contexto, a solução para a crise climática não nascerá da COP30. As respostas já estão sendo construídas pelos povos do mundo inteiro.



Em Minas,  
a verdadeira  
sustentabilidade é  
defender o que é  
público

## Minas Gerais

Em Minas Gerais, enfrentar a crise climática passa pela defesa do caráter público das empresas responsáveis pela gestão dos recursos naturais – como a recém-privatizada Copasa (água), a Cemig (energia), a Gasmig (gás) e a Codemig (minerais).

O governo do partido Novo conduz uma política sistemática de privatização dessas empresas, transferindo bens estratégicos do povo mineiro para o controle do capital estrangeiro e afastando a população das decisões sobre seus próprios recursos. Essa política, disfarçada de “modernização” e “eficiência”, aprofunda a dependência econômica e enfraquece a soberania popular.

Em Minas, portanto, a verdadeira sustentabilidade é defender o que é público, recuperar o controle social sobre os bens comuns e impedir que o futuro do estado seja entregue à lógica do lucro. Ser sustentável, aqui, é enfrentar o projeto político de Romeu Zema, que ameaça a vida, o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores.

\* **Marina Oliveira** é pesquisadora do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e integra a coordenação estadual do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

\*\* Artigo publicado originalmente no portal de notícias **Brasil de Fato MG**.



Coletivo de  
**NEGRAS  
E  
NEGROS  
SERJUSMIG**

Para fortalecer a luta contra o racismo, o sindicato conta com o Coletivo de Negras e Negros do SERJUSMIG, com a participação de diversos servidores, para realizar formação, debates sobre o tema e defesa de direitos.

Participe!



**SERJUSMIG**  
UNIR, LUTAR E VENCER

## REMUNERAÇÃO É FUNDAMENTAL, MAS SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA VÃO ALÉM

Na sociedade capitalista, os sonhos de quase toda a população são reduzidos a consumir mais. Porém, é necessário algo além de uma vida na qual se trabalhe cada vez mais para comprar e manter-se vivo.

A qualidade de vida envolve o acesso à saúde, educação, moradia, segurança, alimentação adequada, lazer, descanso e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, o salário desempenha papel fundamental.

### Remuneração e qualidade de vida

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), cerca de 70% da população brasileira ganha até dois salários mínimos. Garantir remuneração digna não é apenas uma questão econômica, mas também de saúde pública e justiça social.

Estudos médicos apontam cinco pilares essenciais para garantir saúde e qualidade de vida: atividades físicas; alimentação saudável; beber água; realizar exames rotineiros; dormir bem.



### Saúde do trabalhador não é só plano de saúde

Melissa Caldeira, Vice-Presidente do SERJUSMIG, recorda da importância da luta sindical para garantir mais qualidade de vida e dignidade para a categoria. “Os auxílios saúde, transporte e alimentação são conquistados do sindicato. No caso do auxílio-saúde, por exemplo, tivemos uma grande valorização no início de 2026, proporcionando ao servidor a contratação de plano de saúde. Porém, saúde não se resume a plano, pois outros investimentos são necessários e, atualmente, o valor recebido ainda é insuficiente”.

A luta sindical é permanente para que os trabalhadores tenham dignidade e qualidade de vida.

“Ainda que, muitas vezes, precisemos lutar para receber nossos direitos em dia, os avanços já conquistados, com muita luta, nos dão possibilidades que, infelizmente, muitos outros trabalhadores ainda não têm”, conclui Melissa.

### Sofrimento mental

De acordo com os dados de absenteísmo do Tribunal de Justiça, o sofrimento mental é responsável por parte considerável dos afastamentos por licença-saúde entre os seus trabalhadores.

A advogada e assessora responsável pelo acolhimento do Núcleo de Saúde do Trabalhador do SERJUSMIG (NST), Raquel Orlando, observa que, na última década, o sofrimento mental no Judiciário tem aumentado.

“O período coincide com três fenômenos que substituíram a lógica do cuidado com a saúde do trabalhador pela priorização do ganho financeiro”, analisa, citando a possibilidade de venda integral das férias regulamentares, férias-prêmio ainda na atividade e a indenização de plantões.

“Os servidores veem o ganho imediato, mas esquecem que cada um desses pontos são direitos conquistados com luta por qualidade de vida. Você troca um período de lazer com sua família, o seu descanso, por dinheiro”, adverte.

O sindicato também tem alertado sobre a possibilidade de opção pela jornada de 8 horas, que aguarda regulamentação. “O servidor precisa pensar bem, porque não é aumento de remuneração, é aumento de duas horas na jornada de trabalho. Será que vale a pena mesmo perder a qualidade de vida pela jornada de 8 horas? Essa eventual escolha está na contramão dos debates atuais sobre redução de jornada”, argumenta Eduardo Couto, presidente do SERJUSMIG.

Enquanto trabalhadores brasileiros continuam submetidos a salários insuficientes e jornadas exaustivas, cabe ao movimento sindical apoiar a luta das demais categorias e participar da construção de um país mais justo e menos desigual. O primeiro passo para isso é o fim da escala 6x1 para toda a classe trabalhadora.



## *Voce sabia?*

O SERJUSMIG garante assistência funerária para todos os seus filiados e sem custo adicional. Em parceria com o Grupo Zelo, o sindicato se preocupa em dar apoio e tranquilidade aos familiares em um momento tão delicado.

Traga seus familiares e amigos também

O SERJUSMIG e o Grupo Zelo ainda proporcionam aos filiados a oportunidade de adicionar amigos e familiares, por uma taxa simbólica. Não existe limitação de dependentes ou de idade.

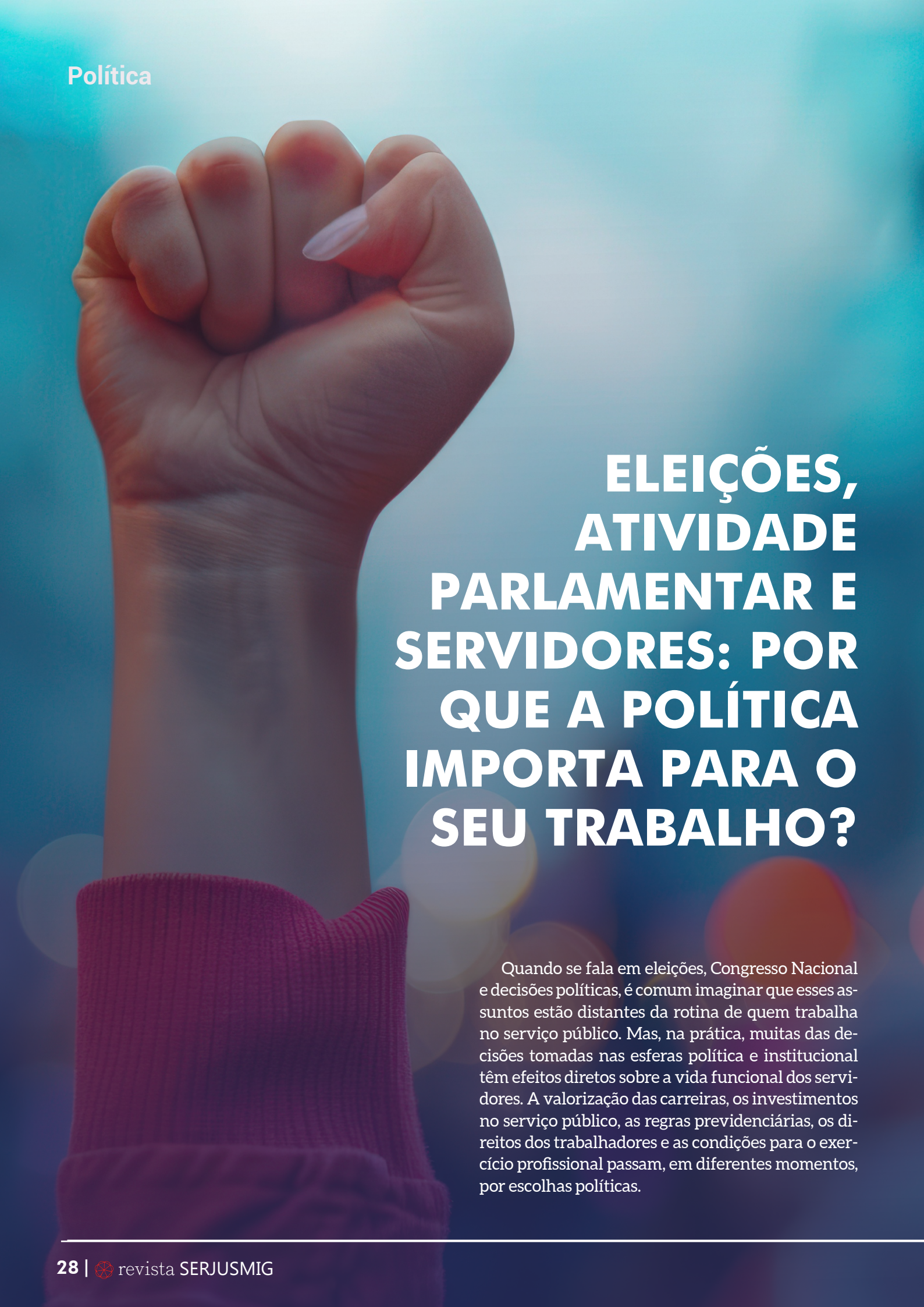
**SERJUSMIG: qualidade  
de vida é compromisso  
com o associado**



**SERJUSMIG**  
UNIR, LUTAR E VENCER

GRUPO **ZELO**





# ELEIÇÕES, ATIVIDADE PARLAMENTAR E SERVIDORES: POR QUE A POLÍTICA IMPORTA PARA O SEU TRABALHO?

Quando se fala em eleições, Congresso Nacional e decisões políticas, é comum imaginar que esses assuntos estão distantes da rotina de quem trabalha no serviço público. Mas, na prática, muitas das decisões tomadas nas esferas política e institucional têm efeitos diretos sobre a vida funcional dos servidores. A valorização das carreiras, os investimentos no serviço público, as regras previdenciárias, os direitos dos trabalhadores e as condições para o exercício profissional passam, em diferentes momentos, por escolhas políticas.



“É importante que o servidor compreenda que política não é algo distante da sua realidade. As decisões tomadas pelos representantes eleitos têm impacto direto na carreira, na remuneração, na previdência e nas condições de trabalho. Por isso, participar do debate público é também uma forma de defender melhores condições de vida”, afirma Eduardo Couto, presidente do SERJUSMIG e coordenador-geral da FENAJUD (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados).

## Decisões que chegam ao local de trabalho

A relação entre política e serviço público pode ser percebida em diferentes aspectos da vida funcional. Decisões orçamentárias podem ampliar ou restringir a capacidade de investimento das instituições. Já projetos relacionados à organização do Estado podem modificar estruturas de carreira, formas de contratação e condições de prestação dos serviços.

No Judiciário, essas questões ganham uma dimensão ainda mais ampla. A existência de um quadro de servidores adequado, por exemplo, está relacionada à realização de concursos e à política de pessoal. A estrutura necessária para o trabalho também depende de investimentos em equipamentos, sistemas, tecnologia e infraestrutura. Da mesma forma, políticas voltadas à saúde física e mental e à segurança no trabalho podem interferir diretamente na qualidade de vida dos trabalhadores.

Acompanhar o debate político não se resume a observar o período eleitoral. O funcionamento das instituições públicas é permanentemente influenciado por decisões legislativas, administrativas e orçamentárias. Por isso, conhecer as propostas em discussão e seus possíveis efeitos é uma prática importante para que os servidores possam participar de maneira qualificada dos debates que envolvem o serviço público.

## O serviço público em disputa

Nos últimos anos, diferentes propostas sobre o papel do Estado passaram a ocupar espaço no debate nacional. Entre elas estão discussões sobre reformas administrativas, formas de contratação,

estrutura das carreiras, remuneração e direitos dos servidores.

Para os trabalhadores, essas discussões não são conceitos abstratos. Mudanças na forma de organização do serviço público podem repercutir na estabilidade das relações de trabalho, na valorização profissional e na prestação de serviços à população.

“O debate precisa considerar quem está na ponta realizando esse trabalho todos os dias. Quando se fala em reduzir estruturas, modificar carreiras ou alterar relações de trabalho, é preciso olhar para as consequências dessas mudanças tanto para os servidores quanto para a população que depende daquele serviço”, destaca Eduardo.

No caso do Judiciário, o debate também envolve a qualidade da prestação jurisdicional. A existência de servidores valorizados, em número adequado e com condições dignas de trabalho contribui para o funcionamento da instituição. Por seu turno, a precarização do trabalho e o enfraquecimento das carreiras têm efeitos que ultrapassam o ambiente profissional.

Essa discussão também se relaciona com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e, especialmente, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. Entre suas metas, estão a promoção do Estado de Direito e da igualdade de acesso à justiça (16.3), o desenvolvimento de instituições eficazes e transparentes (16.6) e a garantia de processos de tomada de decisão participativos e representativos (16.7).

Para o serviço público, em geral, e o Judiciário, em particular, esses princípios reforçam a importância de instituições estruturadas, transparentes e capazes de atender à população, mas também da participação de quem constrói essas instituições diariamente – os trabalhadores.

A valorização dos servidores, o fortalecimento das carreiras e a existência de condições adequadas de trabalho fazem parte desse processo. Nesse sentido, defender um serviço público forte também significa contribuir para um Judiciário mais eficaz, inclusivo e comprometido com os direitos do cidadão.





Uma categoria isolada tem muito menos capacidade de fazer sua voz chegar aos espaços de decisão. Quando nos articulamos com outras categorias de trabalhadores, conseguimos apresentar nossas reivindicações com mais força.

### COMO A POLÍTICA IMPACTA SEU DIA A DIA

- Reajustes e recomposição salarial;
- Concursos públicos e política de pessoal;
- Estrutura e valorização das carreiras;
- Regras previdenciárias;
- Orçamento do Judiciário;
- Saúde e segurança no trabalho;
- Investimentos em tecnologia e infraestrutura;
- Direitos dos servidores.

### PAUTA DOS TRABALHADORES

- **Lei Complementar nº 226/2026** (Descongela JÁ!)
- **PEC 428/2009** (Democratização do CNJ)
- **PEC 526/2010** (Democratização do Poder Judiciário)
- **PEC 555/2006 e PEC 06/2024** (Isenção da Contribuição Previdenciária aos servidores aposentados)
- **Regulamentação da Convenção Coletiva 151 da OIT** (Negociação coletiva no serviço público)
- **Fim da escala 6x1**
- **Isenção e revisão da tabela de imposto de renda**



## Organização para enfrentar os desafios

Diante desse cenário, a atuação coletiva assume papel importante. A organização dos trabalhadores permite que demandas individuais sejam transformadas em pautas coletivas e amplia a capacidade de diálogo com as instituições e com os representantes responsáveis pela formulação das políticas públicas.

É nesse espaço que se insere o trabalho sindical. Além de acompanhar projetos e decisões que podem afetar os servidores, as entidades representativas atuam na construção de pautas, na negociação institucional e na mobilização da categoria.

“Uma categoria isolada tem muito menos capacidade de fazer sua voz chegar aos espaços de decisão. Quando nos articulamos com outras categorias de trabalhadores, conseguimos apresentar nossas reivindicações com mais força”, afirma o presidente do SERJUSMIG.

A articulação, no entanto, não se limita aos períodos eleitorais. A participação também passa pelo acompanhamento das informações, pelo conhecimento dos direitos e pela disposição para discutir os rumos do serviço público. Em um cenário de mudanças constantes, estar informado é parte da própria luta por direitos.

## Participação também é construir o futuro

Em períodos eleitorais, a atenção da sociedade naturalmente se dirige aos candidatos e às propostas apresentadas. Para os servidores, porém, o acompanhamento da política não deve terminar após a votação. A atuação dos representantes eleitos continua produzindo efeitos sobre o serviço público, sendo fundamental acompanhar o desempenho dos mandatos e as votações das matérias de interesse.

Por isso, participar significa também acompanhar, cobrar, dialogar e fortalecer os espaços coletivos de representação. A defesa dos direitos dos servidores é um processo permanente, construído por meio de mobilização, negociação e participação.

“O seu voto é como uma procuração, mas não podemos olhar para as eleições apenas como um momento de escolher representantes. É preciso compreender que existe um processo contínuo de acompanhamento. Os servidores precisam estar atentos, unidos e dispostos a defender aquilo que consideram importante para suas carreiras e o serviço público”, ressalta Eduardo Couto.



Em 2026, o SERJUSMIG criou o Coletivo de Mulheres, importante passo para fortalecer a auto-organização e a luta das servidoras do TJMG. Lançado no 1º Encontro de Mulheres, seguirá realizando atividades de formação, debates, palestras e encontros. Acompanhe a agenda de reuniões e eventos nas redes sociais e no site do sindicato [serjusmig.org.br](http://serjusmig.org.br).

**Participe!**





# Já curtiu nossas **redes** sociais?

Se liga! Nosso site é uma importante fonte de informações. É lá que nossos jornalistas colocam todos os detalhes completos das principais dúvidas e notícias de interesse da categoria.

Siga também nosso canal do Youtube, nosso Instagram, Facebook e nosso Podcast nos aplicativos de áudio.

[www.serjusmig.org.br](http://www.serjusmig.org.br)

